

## **OFERTA DE AQUISIÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVERTÍVEIS FARMINVESTE 2022-2026 PELA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS FARMÁCIAS**

### **RESULTADOS DA OFERTA**

Nos termos e para os efeitos legais aplicáveis, publicam-se os resultados da oferta de aquisição das obrigações convertíveis emitidas pela Farminveste – SGPS, S.A. representativas do empréstimo obrigacionista denominado “Obrigações 2022-2026” (“**Obrigações 2022-2026**”) pela Associação Nacional das Farmácias (“**Oferta**”)<sup>1</sup>.

No âmbito da Oferta, o Caixa – Banco de Investimento, S.A. procedeu ao apuramento dos resultados, tendo sido apresentadas ordens de venda relativas a **237.304 Obrigações 2022-2026**, correspondentes ao valor nominal global de **€1.186.520,00**.

Nos termos previstos no Documento Informativo Simplificado, no contexto da liquidação física e financeira da Oferta, que deverá ocorrer no próximo dia 17 de junho de 2026, a ANF entregará aos titulares de Obrigações 2022-2026 que transmitiram declaração de aceitação da Oferta o montante total de €5,11875 por cada Obrigação 2022-2026 objeto da respetiva declaração de aceitação, sujeito a impostos, comissões e outros encargos. As Obrigações 2022-2026 adquiridas no contexto da Oferta serão, de acordo com o previsto no Documento Informativo Simplificado, objeto de conversão, procedendo a ANF à emissão de instrução de conversão.

**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS FARMÁCIAS**

**CAIXA – BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.**

---

<sup>1</sup> A presente operação não se qualifica como oferta pública de aquisição nos termos e para os efeitos do Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro (Código dos Valores Mobiliários), e o Documento Informativo Simplificado não se qualifica como prospeto para efeitos da legislação e regulamentação em vigor, não tendo sido objeto de aprovação pela CMVM. Este documento (e qualquer outro relativo à Oferta) só pode ser distribuído fora de Portugal se conforme com as leis e os regulamentos locais aplicáveis, não podendo constituir uma oferta de aquisição de valores mobiliários em países onde tal seja suscetível de violar a legislação local aplicável.